

**RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS
2023**

**Pousada da Juventude
da Caldeira do Santo
Cristo, Lda.**

Índice

1. A EMPRESA	4
2. A ATIVIDADE DESENVOLVIDA	6
3. RECURSOS UTILIZADOS.....	7
3.1. RECURSOS HUMANOS	7
4. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRO	7
4.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA.....	7
4.1.1. RENDIMENTOS.....	7
4.1.2. GASTOS	7
4.1.3. RESULTADOS.....	7
4.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	8
4.3. DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	8
5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	8
6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL.....	8
7. PERSPECTIVAS.....	8
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	9
9. CONTAS	10
9.1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....	11
9.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA/FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	12
9.3. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE CAPITAL	14
9.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	16
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
1. Identificação da Entidade	18
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	18
3. Principais Políticas Contabilísticas	19
4. Fluxos de Caixa	28
5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas	28
6. Ativos Tangíveis	28

7.	Estado e Outros Entes Públicos.....	29
8.	Variações na rubrica de Capitais Próprios.....	30
9.	Capital subscrito	30
10.	Reservas Legais.....	30
11.	Financiamentos Obtidos.....	31
12.	Fornecedores.....	31
13.	Outras Dívidas a Pagar	31
14.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	32
15.	Outros Rendimentos e Ganhos	32
16.	Outros Gastos e Perdas	32
17.	Disposições Legais.....	33
18.	Eventos Subsequentes	33
10.	Mapas Orçamentais	34



Exmos. Senhores,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos sócios o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade “Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.”, referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2023.

1. A EMPRESA

Firma: A sociedade do tipo por quotas tem a denominação “Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.”

Data da sua constituição: 17 de julho de 2009

Sede: Canada da Vinha Nova, Fajã Grande
9850 Calheta
São Jorge – Açores

Capital Social: 1.150.000,00 €

Matrícula na C.R.C. de Ponta Delgada: 508 963 923

C.A.E: 55204

Gerência a 31 de dezembro de 2023:

Frederico Paulo dos Reis Matias Índio Tavares
Manuel António das Matas dos Santos

Os membros da Gerência, não recebem qualquer remuneração pelo desempenho das respetivas funções. Sendo as mesmas as seguintes:

Frederico Paulo dos Reis Matias Índio Tavares, nascido a 13/09/1975 em Ponta Delgada, com Curso Superior de Gestão, pela Universidade dos Açores, exerce as funções para as quais foi confiado como Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda. desde 17 de setembro de 2022.

- Entre novembro de 2021 e março de 2022 exerceu funções na área de planeamento e controlo de gestão no HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A.;
- Entre agosto de 2016 e outubro de 2021 exerceu funções de diretor comercial e responsável pelo planeamento e controlo de gestão na NOS Açores Comunicações, S.A.;
- Entre março de 2009 e julho de 2016 exerceu funções de responsável de planeamento e controlo de gestão na NOS Açores Comunicações, S.A.;
- Entre janeiro de 2009 e outubro de 2009 exerceu funções de responsável de planeamento e controlo de gestão na Provise – Sociedade de Proteção, Vigilância e Segurança, S.A.;
- Entre agosto de 1997 e dezembro de 2008 exerceu funções de gestão de clientes no segmento Empresarial dos Açores na TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Manuel António das Matas dos Santos, nascido a 27/04/1956, natural da freguesia de Norte Grande, Ilha de São Jorge, residente na Rua António Faustino de Borba, n.º 12, na freguesia e Concelho da Calheta, sendo ordenado a Sacerdote a 27 de junho de 1982, exerce as funções para as quais foi confiado como Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda. desde 16 de julho de 2009;

- Pároco em Piedade e Ribeirinha do Pico de 1982 a 1989;
- Pároco de Calheta e Norte Pequeno a partir de setembro de 1989;
- Ouvidor Eclesiástico desde 1990;
- Vigário Episcopal para a Ilha de São Jorge desde 1990 até à extinção do cargo a nível diocesano;

- Atualmente é Professor na Escola Básica e Secundária da Calheta, Escola Pe. Manuel Azevedo da Cunha, desde 1995.

2. A ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Após o termo da empreitada de adaptação do edifício existente, a “Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda.”, em 2011 e sob a aprovação do Governo Regional dos Açores, celebrou-se o primeiro Contrato de cessão de exploração com a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A. A 01/05/2020 foi celebrado um Contrato de cedência de exploração entre a Região Autónoma dos Açores, Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda. e a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., em substituição ao Contrato de cessão de exploração celebrado a 20/07/2011, atendendo a que o atual modelo de exploração se encontra desajustado dos objetivos definidos pelo Governo Regional para as pousadas da Região, de uma gestão inteiramente privada, é aprovado um único contrato de cedência de exploração, que substituiu o conjunto de títulos contratuais atualmente em vigor conforme a Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2019 de 2 de abril de 2019.



Fig.1. Exterior do Edifício da Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.



Fig.2. Interior do Edifício da Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

À semelhança dos anos anteriores, no decurso do exercício de 2023 a empresa procedeu ao acompanhamento da atividade desta unidade, verificando-se um importante e imenso contributo na atividade turística, atuando como um dos pilares de desenvolvimento e progresso socioeconómico da ilha, possibilitando desta forma o pagamento de investimentos relacionados com a empreitada e respetivos equipamentos.

3. RECURSOS UTILIZADOS

3.1. RECURSOS HUMANOS

A empresa durante o ano de 2023 não teve funcionários ao seu serviço.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRO

A leitura deste capítulo, feita em conjugação com as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração por natureza e por funções e respetivos anexos), possibilitará uma rápida visualização da situação económica e financeira da empresa.

4.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. RENDIMENTOS

A empresa em 2023 apenas registou proveitos residuais fora do âmbito da prestação de serviços.

4.1.2. GASTOS

Ao nível dos gastos, o mais relevante continua a ser a rubrica “gastos com depreciação”.

4.1.3. RESULTADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Resultados Operacionais	-46 086,39 €	-52 710,20 €
Resultados Financeiros		
Resultado antes de impostos	-46 086,39 €	-52 710,20 €
Resultado Líquido do exercício	-46 319,89 €	-52 710,20 €

4.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

A empresa apresenta no exercício de 2023 resultado negativo no valor de 46.319,89 € (quarenta e seis mil trezentos e dezanove euros e oitenta e nove cêntimos), atendendo que são apenas custos de estrutura e fixos e não havendo quaisquer proveitos para compensação dos mesmos, o resultado é aceitável.

4.3. DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa e permitem fazer uma avaliação dos principais indicadores de gestão.

Indicadores Relevantes	31/12/2023	31/12/2022
Total de Proveitos	399,42 €	2 154,01 €
Volume de Negócios		
Resultados Financeiros		
EBIT (Resultados Operacionais)	-46 086,39 €	-52 710,20 €
Resultado Antes de Impostos	-46 319,89 €	-52 710,20 €
Resultado Líquido do Período	-46 319,89 €	-52 710,20 €

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício.

6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

7. PERSPECTIVAS FUTURAS

Prevê-se que, no ano de 2024, a empresa continue a desenvolver e acompanhar a atividade da Pousada da Juventude na ilha de São Jorge.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido negativo apurado no exercício económico de 2023 foi de 46.319,89€ (quarenta e seis mil trezentos e dezanove euros e oitenta e nove centimos), propondo a Gerência a seguinte aplicação:

- Transferir para Resultados Transitados o valor do resultado do exercício no valor de 46.319,89 euros.

Calheta, 17 de abril de 2024

A GERÊNCIA

P. m. s.
Fernando Tavares



9. CONTAS

- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
- DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
- ANEXO AO BALANÇO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- MAPAS ORÇAMENTAIS

9.1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (Euros)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1 516 425,12 €	1 555 409,38 €
Ativos intangíveis		0,00 €	
Participações financeiras - Método equivalência patrimonial		0,00 €	
Outros ativos financeiros		0,00 €	
		1 516 425,12 €	1 555 409,38 €
Ativo corrente			
Inventários		0,00 €	
Cientes, contribuintes e utentes		0,00 €	2 822,00 €
Estado e outros entes públicos	7	10 746,14 €	10 644,89 €
Outras contas a receber		0,00 €	
Diferimentos		0,00 €	
Caixa e depósitos bancários	4	887,72 €	1 172,30 €
		11 633,86 €	14 639,19 €
Total do ATIVO		1 528 058,98 €	1 570 048,57 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	9	1 150 000,00 €	1 150 000,00 €
Reservas	10	0,00 €	
Resultados transitados	8	-410 749,09 €	-358 038,89 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €	
Outras variações no Património Líquido		0,00 €	
Resultado líquido do período		-46 319,89 €	-52 710,20 €
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		692 931,02 €	739 250,91 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11	832 569,53 €	780 837,52 €
Outras dívidas a pagar			
		832 569,53 €	780 837,52 €
Passivo corrente			
Fornecedores	12	0,00 €	2 628,13 €
Estado e outros entes públicos	7	0,00 €	
Financiamentos obtidos	11	0,00 €	47 332,01 €
Outras dívidas a pagar	13	2 558,43 €	
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
		2 558,43 €	49 960,14 €
Total do Passivo		835 127,96 €	830 797,66 €
Total do Património Líquido e Passivo		1 528 058,98 €	1 570 048,57 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

P.
A.

9.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA/FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Impostos e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços			
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	14	-1 076,68 €	-10 399,33 €
Gastos com pessoal			
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15	399,42 €	2 154,01 €
Outros gastos e perdas	16	-6 424,87 €	-5 480,62 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		-7 102,13 €	-13 725,94 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-38 984,26 €	-38 984,26 €
Imparidades de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)		-46 086,39 €	-52 710,20 €
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-233,50 €	
Resultado antes de Impostos		-46 319,89 €	-52 710,20 €
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado líquido do período		-46 319,89 €	-52 710,20 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
Período findo em 31 de dezembro de 2023

	Notas	2023	2022	(Euros)
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e serviços prestados	-	0,00 €	0,00 €	
Custo das vendas e serviços prestados	-	-1 076,68 €	-10 399,33 €	
Resultado Bruto		-1 076,68 €	-10 399,33 €	
Outros rendimentos		399,42 €	2 154,01 €	
Gastos de distribuição		-45 409,13 €	-44 464,88 €	
Gastos administrativos				
Gastos de investigação e desenvolvimento				
Outros gastos				
Resultado operacional (antes de depreciações e gastos de financiamento)		-46 086,39 €	-52 710,20 €	
Gastos de financiamento (líquidos)	-	-233,50 €	0,00 €	
Resultado antes de Impostos		-46 319,89 €	-52 710,20 €	
Imposto sobre rendimento do período	-	0,00 €	0,00 €	
Resultado líquido do período		-46 319,89 €	-52 710,20 €	

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência



9.3. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE CAPITAL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de CP	Reservas de Outras Reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos em Ativos financeiros	Excedentes de no Património	Outras Variações Líquido	Resultado do Período	Total	(Euros)
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO:										
Número 1 1.250.000,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € -32.010,00 € 0,00 € 0,00 € -12.710,20 € 702.250,20 €										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:										
Primerira Adoção o de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização e respectivas variações										
Excedentes de revalorização reconhecidas no capital próprio										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										
REULTADO INTERIOR:										
42,5 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 €										
OPERAÇÕES COM OS DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO:										
Realizações de Capital / Património										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras Operações										
MESMO NO FIM DO PERÍODO:										
5 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 €										

O Contabilista Certificado n.º 94183

À Gerência





RELATÓRIO E CONTAS 2023

PJSC, Lda.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

										(€)	
	Capital / Património Resiliado	Instrumentos de CP	Outros Reservas Legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de no Património	Outras Variações no Património	Resultado Líquido do Período	Total
INÍCIO NO PERÍODO DE REFERÊNCIA	Moedas 1 150 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-323 124,75	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-34 823,31 €	291 953,15 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primitiva Adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferença de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de exercícios de revalorização											
Excedentes de revalorização e respectivas variações											
Realizações de exercícios de revalorização											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
1											
RESULTADO INICIAL											
42,9											
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de Capital / Património											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras Operações											
RESULTADO NO FIM DO PERÍODO											
-1 150 000,00 €											

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

P. M. S.
Pedro Senna

Fundação Uniceam

9.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA do período findo em 31 de dezembro de 2023

	Notas	2023	2022	(Euros)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de Clientes		399,42 €	381,22 €	
Recebimentos de contribuintes				
Recebimentos de utentes				
Pagamentos a Fornecedores		-3 813,40 €	-5 085,87 €	
Pagamentos ao Pessoal		0,00 €	0,00 €	
Caixa gerado pelas operações		-3 413,98 €	-4 704,65 €	
Pagamento / Recebimento de Imposto sobre o Rendimento				
Outros Recebimentos / Pagamentos		-1 270,60 €	-6 086,72 €	
Ruxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-4 684,58 €	-10 791,37 €	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos Fixos Tangíveis				
Ativos Intangíveis				
		0,00 €	0,00 €	
Recebimentos provenientes de:				
Ativos Fixos Tangíveis				
Ativos Intangíveis				
Investimentos Financeiros				
Outros Ativos				
Subsídios ao Investimento				
Juros e Rendimentos Similares				
Dividendos				
Ruxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		0,00 €	0,00 €	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos				
Real. capital e outros instrumentos de CP				
Cobertura de Prejuízos				
Doações				
Outras Operações de Financiamento		51 732,01 €	59 200,00 €	
		51 732,01 €	59 200,00 €	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos		-47 332,01 €	-48 246,12 €	
Juros e Gastos Similares				
Dividendos				
Reduções capital e outros instrumentos de CP				
Outras Operações de Financiamento				
		-47 332,01 €	-48 246,12 €	
Ruxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-4 400,00 €	10 953,88 €	
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)	4	-284,58 €	162,51 €	
Efeitos das Diferenças de Câmbio				
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	4	1 172,30 €	1 009,79 €	
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	4	887,72 €	1 172,30 €	

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

16

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício Económico – 2023

F
A
B

1. Identificação da Entidade

A Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo Lda. é uma sociedade por quotas, constituída em 17 de julho de 2009, com a sua sede na Canada da Vinha Nova, Fajã Grande – Calheta - São Jorge. A empresa tem por principal atividade o alojamento de curta duração, nomeadamente como pousada de juventude.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

A empresa apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os International Accounting Standards (“IAS”) emitidos pela International Standards Committee (“IASC”), os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC”

emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”).

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Vida útil (Anos)	
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-16
Ferramentas e utensílios	3-12
Equipamento administrativo	3-12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que refletem o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A

reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.5. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.6. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.7. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.8. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

3.9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período comprehende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

Imposto Corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto Diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.10. Benefícios aos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

3.11. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.12. Subsídios e apoios do Governo

As comparticipações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo Lda. são reconhecidos pelo seu justo valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.13. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.14. Rérito

O Rérito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rérito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

3.15. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.16. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.17. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. O Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 têm a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa		
Depósitos bancários	887,72 €	1 172,30 €
	887,72 €	1 172,30 €

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:



	Terrenos e Out. Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	Total
ATIVOS - VALOR BRUTO								
A 01 de Janeiro de 2023	76 000,00 €	1 949 213,08 €	139 260,34 €	0,00 €	1 173,49 €	0,00 €	0,00 €	2 165 646,31 €
Aquisições								
Transferências e Alienações / Abates	76 000,00 €	1 949 213,08 €	139 260,34 €	0,00 €	1 173,49 €	0,00 €	0,00 €	2 165 646,31 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS								
A 01 de Janeiro de 2023	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dotações / Reforço			38 984,26 €					38 984,26 €
Anulação / Reversão								
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	508 787,96 €	139 260,34 €	0,00 €	1 173,49 €	0,00 €	0,00 €	549 221,79 €
Valor Líquido Contabilístico	76 000,00 €	1 440 425,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 516 425,12 €

Não existiram variações nos ativos, apenas a imputação das amortizações anuais.

7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas	4 418,50 €	4 418,50 €
Imposto s/ Valor Acrescentado	6 327,64 €	6 226,39 €
	10 746,14 €	10 644,89 €
Passivo		
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas	0,00 €	0,00 €
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Singulares	0,00 €	0,00 €
Imposto s/ Valor Acrescentado	0,00 €	0,00 €
Contribuições p/ Segurança Social	0,00 €	0,00 €
Outros Impostos	0,00 €	0,00 €
	10 746,14 €	10 644,89 €

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos por conta	-4 418,50 €	-4 418,50 €
Retenções na Fonte		
Estimativa IRC	-4 418,50 €	-4 418,50 €

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

8. Variações na rubrica de Capitais Próprios

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os capitais próprios da empresa variaram da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Subscrito	1 150 000,00 €	1 150 000,00 €
Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €
Legais	0,00 €	0,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €
Resultados Transitados	-410 749,09 €	-358 038,89 €
Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €
Excedentes de Revalorização	0,00 €	0,00 €
Outras Variações no Capital Próprio	0,00 €	0,00 €
Resultados	-46 319,89 €	-52 710,20 €
	692 931,02 €	739 250,91 €

Desta forma, os capitais próprios da empresa que eram de 739.250,91 euros em 2022 passam para 692.931,02 euros em 2023.

9. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda, de €1.150.000,00, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Abaixo se representa a distribuição do capital pelos sócios:

- Ilhas de Valor SA – 60,87%
- Santuário da Caldeira Santo Cristo – 39,13%

10. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

11. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	0,00 €	47 332,01 €		
Outros Financiamentos DRAIC	832 569,53 €		780 837,52 €	
Outros Financiamentos - empresa mãe	832 569,53 €	0,00 €	828 169,53 €	0,00 €

A empresa tem, apenas, financiamento relacionado com suprimentos da acionista Ilhas de Valor para fazer face aos gastos gerais e fixos da empresa.

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores conta corrente	0,00 €	2 628,13 €
Fornecedores receção e conferência	0,00 €	2 628,13 €

13. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam os seguintes valores na rubrica de outras dívidas a pagar:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a pagar	2 558,43 €	0,00 €
	2 558,43 €	0,00 €

14. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos		
Serviços Especializados	996,68 €	10 319,33 €
Materiais		
Energia e Fluídos		
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	80,00 €	
	1 076,68 €	10 319,33 €

15. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Subsídios Investimento		
Outros rendimentos e ganhos	399,42 €	2 154,01 €
	399,42 €	2 154,01 €

16. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	2 905,73 €	
Taxas	53,00 €	
Outros gastos e perdas	3 466,14 €	5 480,62 €
	6 424,87 €	5 480,62 €

17. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

18. Eventos Subsequentes

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2023 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

Felipe Seixas

P.M - 23

Fundação Industrial Tavares

10. Mapas Orçamentais

K.
A.
S.

10.1. Demonstração do Desempenho orçamental

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2023

Lançamento:

RÚMICA	RECEBIMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)					N-1
		R.P	R.G	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	
	Saldo de gerência anterior						
	Operações orçamentais [1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.009,79
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00
	Receitas corrente						
R1	Recolha Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.700,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.700,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.700,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	3.221,42	0,00	0,00	0,00	5.221,42
	Receita de Capital						
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	51.732,01	0,00	0,00	0,00	51.732,01	47.900,00
R9.1	Transferências de capital	51.732,01	0,00	0,00	0,00	51.732,01	47.900,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	51.732,01	0,00	0,00	0,00	51.732,01	47.900,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	51.732,01	3.221,42	0,00	0,00	54.953,43	50.434,23
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4]-[1]+[2]+[3]	51.732,01	3.221,42	0,00	0,00	54.953,43	50.434,23
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					0,00	0,00

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

*Pedro Serrão**P. M. — S.
Federico Tadeu Tomás*

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2023
Langamento:

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (€)						N-1
		R.P.	R.G.	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	2.032,39	2.428,19	0,00	0,00	0,00	4.860,52	9.274,25
D3	Juros e outros encargos	239,50	0,00	0,00	0,00	0,00	239,50	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	3.021,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.051,98	2.899,45
Despesa de Capital								
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		5.277,07	2.428,19	0,00	0,00	0,00	7.986,00	12.159,70
Despesa não efetiva [6]		47.933,01	0,00	0,00	0,00	0,00	47.933,01	47.933,01
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	47.933,01	0,00	0,00	0,00	0,00	47.933,01	47.933,01
Soma [7]+[5]+[6]		53.210,08	2.428,19	0,00	0,00	0,00	55.133,01	59.471,71
Pagamentos de operações de tesouraria [C]								
Saldos para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]-[4]-[7]		-577,87	889,29	0,00	0,00	0,00	-384,98	1.172,30
Operações de tesouraria [D]-[A]-[B]-[C]						0,00	0,00	0,00
Saldo global [2]-[5]		46.454,14	999,39	0,00	0,00	0,00	47.047,03	57.404,32
Despesa primária		5.044,87	2.428,19	0,00	0,00	0,00	7.672,05	12.159,70
Saldo corrente		-5.277,87	999,39	0,00	0,00	0,00	-4.984,58	-9,48
Saldo de capital		81.792,01	0,00	0,00	0,00	0,00	81.792,01	47.933,00
Saldo primário		46.987,84	999,39	0,00	0,00	0,00	47.290,63	47.494,52
Receita total [1]-[2]-[3]		91.792,01	3.221,47	0,00	0,00	0,00	94.993,03	90.664,61
Despesa total [5]-[6]		52.660,98	2.428,19	0,00	0,00	0,00	55.238,61	59.471,71

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

Pedro Seminé

D. M. - S.
André Coimbra Tavares

10.2. Demonstrações da Execução Orçamental da Receita

Controlo Orçamental da Receita - da Abertura à Regularização

Rubrica	Descrição	Prédiços Contráticos	Por cobrar de períodos anteriores	Receita Equivalente	Liquidações Antecidas	Receita cobrada bruta	Retornos e restituções			Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período			Grau exec. orç.	
							Entitatis	Períodos anteriores	Total	Entitatis	Período anterior	Total	Periodos anteriores	Período corrente	Total	Periodos anteriores	Período corrente
(Média em milhares de euros)																	
R1	Receita fiscal																
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R3	Taxes, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R4	Reembolsos e restituções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5	Transferências e subvenções correntes																
R5.1	Administradoras Públicas																
R5.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.4	Administrações Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.6	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.7	Outros	7.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.2	Subvenções correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	3.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R7	Outros recebíveis correntes	1.560,00	2.072,00	359,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.072,00	359,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,63%
Total das Receitas Correntes																	
R8	Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9	Venda de bens de investimento																
R9.1	Transferências e subvenções de capital																
R9.1.1	Administradoras Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.2	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.4	Administrações Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.6	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.7	Outros	72.000,00	51.736,00	51.736,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.736,00	51.736,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71,55%
R9.2	Subscrição capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R10	Outras recebas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%



Controlo Orçamental da Receta - de Abertura a Finalizações

Exercício: 2023
Engamento: <Todos>

Pártida	Descrição	Prendas Contratuais	Por cobrar de períodos anteriores	Receta Liquidada	Liquidações Anteriores	Receta Cobrada Bruta	Recebimentos e remunerações			Recetar cobrada líquida			Por cobrar no período anterior	Periodos corrente	Grau exec. orf. anteriores	Período
							Emissões	Pagos	Períodos restantes	Total	Período corrente	Total				
R12	Necessário contratos financeiros															
R13	Recetar com Pagtos financeiros															
R11	Reposição/Retirada avarias nos equipamentos															
R14	Saldo da retérvia anterior - operações rotineiras															
	Total das Recetas de Capital	72.000,00	0,00	51.732,41	0,00	51.732,41	0,00	0,00	0,00	51.732,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	71,5%
	#Recetas não efetuadas															
	Total das Recetas não efetuadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total Geral Recetas Gerais	12.800,00	2.222,00	3.221,41	0,00	2.222,00	0,00	0,00	0,00	3.221,41	0,00	0,00	0,00	0,00	22,55%	3,12%
	Total Geral Rec. de Capital	72.000,00	0,00	51.732,41	0,00	51.732,41	0,00	0,00	0,00	51.732,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	71,5%
	Total Geral Recetas R10 & R11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total Geral	90.500,00	1.222,00	52.181,41	0,00	54.953,41	0,00	0,00	0,00	52.181,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1,13%	57,48%

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

Pedro Semin

P.M — S.
Pedro Semin

10.3. Demonstrações da Execução Orçamental da Despesa

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Finalização

Exercício	Largamento:	2023										(números contabilizados)					
		<Todos>		Descrição		Por pagar por enc.		Despesas Correntes		Despesas Compridas		Periodos futuros	Periodo corrente	Comprobadas	Obrigações por pagar	Período anterior	Período corrente
Referência													Total				
D1		Despesas com o pessoal				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D1.1		Remunerações diretas e permanentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D1.2		Alunos visitantes ou eventuais				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D1.3		Segurança social				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D2		Aquisição de bens e serviços				2.658,13	0,00	4.660,24	2.658,13	2.658,13	2.658,13	2.658,13	2.658,13	4.660,24	17,65%	13,65%	
D3		Aluguer e outras encargos				0,00	600,00	0,00	233,50	0,00	233,50	0,00	233,50	0,00	0,00	0,00%	38,32%
D4		Transferências e subvenções correntes															
D4.1		Administração Pública				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1		Administração do Centro - Estado Português				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2		Administração Central - Outras entidades															
D4.1.3		Segurança social				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4		Administração regional				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.5		Administração local				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.6		Entidades do sector não lucrativo				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.7		Famílias				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.8		Outras				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2		Sabedoria comunitária				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D5		Outras Despesas Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
			Despesas de Capital														
D6		Aquisição de bens de capital				2.658,13	18.690,00	0,00	7.950,00	2.658,13	5.377,87	7.950,00	0,00	0,00	34,68%	28,26%	
D7		Transferências e subvenções de capital				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1		Transferências de capital															
D7.1.1		Administração Pública															
D7.1.1.1		Administrador Geral - Estado Português				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.2		Administrador Geral - Outras entidades				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.3		Segurança social				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.4		Administrador regional				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.5		Administrador local				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.2		Entidades do sector não lucrativo				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.3		Famílias				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.4		Outras				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.2		Sabedoria de capital				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8		Outras despesas de capital				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
			Total das Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0%

Controlo Operacional da Despesa - de Abertura e Regulamentação

Efecto/Despesa:	2023 <Todos>	Descrição:	Por pagar per. ant.	Despesas:	Comprovativos	Obrigações	Despesas abertas ou regularizadas			Comprovativos	Obrigações por pagar	Efetos/Despesas corrigidas		
							Corrigidos/decertos	Compromissos	Periodos anteriores	Período	Total	Períodos corrigidos	Período corrigido	
D9		Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
B10		Despesas com passivos financeiros	0,00	72.000,00	0,00	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	0,00%	65,74%	
		Total das Despesas não efetivas	0,00	72.000,00	0,00	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	0,00%	65,74%	
		Total Geral (Despesas Corrigidas)	2.202,13	28.860,00	0,00	7.906,00	2.202,13	5.277,87	7.906,00	0,00	14,60%	20,48%		
		Total Geral (Despesas Corrigidas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
		Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	72.000,00	0,00	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	47.332,01	0,00%	65,74%	
		Total Geral	2.202,13	90.860,00	0,00	55.138,01	2.202,13	52.909,88	55.138,01	0,00	0,00	2,95%	54,81%	

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

Pedro Serrão

T. M. ~ .
Fundação Instituto

10.4. Alterações Orçamentais da Receita

Alterações Orçamentais da Receita - da Abertura a Repartição

Natureza	Descrição	Receita				Observações
		Previsões Iniciais	Inscrições/Referências	Alterações/Despesas/Anulações	Créditos Especiais	
R1	Receitas Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxes, multas e outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Reembolsos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subvenções correntes					
R5.1	Transferências correntes:					
R5.1.1	Administrações Públicas	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Ente/EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00
R5.2	Subvenções correntes:					
R5.5	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Otros/ Receitas Correntes:					
R8	Receitas de Capital	11.200,00	0,00	0,00	0,00	11.200,00
R9	Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências e contribuições de capital					
R9.1.1	Transferências de capital					
R9.1.1.1	Administrações Públicas					
R9.1.1.2	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Altas das Ordemais da Recife - de Abertura a Regularização

2023

Páginas	Descrição	Previsões Iniciais	Resumo					Observações
			Inscrições/Referências	Alimentação/Produção	Demanda/Produção	Créditos Especiais	Prestações/Compras	
R8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R8.1.6	Entes da U.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R8.1.9	Outros	72.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	
R8.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.0	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas não efetivas		Total das Receitas de Capital		72.000,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	Receita com titulos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.3	Receita com Páginas Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas não abertas aos pagamentos		Total das Receitas não efetivas		0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.4	Saldo do gerador monetário - operações extrabancárias	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Total Geral de Receitas (Corrigidas)		Total Geral de Receitas (Corrigidas)		12.200,00	0,00	0,00	12.200,00	
Total Geral (Receitas não Efetivas)		Total Geral (Receitas não Efetivas)		72.000,00	0,00	0,00	72.000,00	
Total Geral		Total Geral		84.200,00	0,00	0,00	84.200,00	

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

Pedro-Suarez
T. M. - 2.
fueron los Indios chinos

10.5. Alterações Orçamentais da Despesa

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura e Regularizações

Exercício:		Despesas Comuns					Despesas		Observações	
Lançamento:	<Todos>	Descrição	Despesas Iniciais	Inscrições/Reforços	Alterações Orçamentais	Despesas/Ataúdos	Créditos Especiais	Despesas Corrigidas	(Números em EUR)	
D1.		Despesas com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D1.1.		Remunerações,ceras permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D1.2.		Abonsos variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D1.3.		Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D2.		Aquisição de bens e serviços	14.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.190,00		
D3.		Impostos e outros encargos	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00		
D4.		Transferências a estabelecimentos correntes								
D4.1.		Transferências domésticas								
D4.1.1.		Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1		Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2		Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3		Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4		Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5		Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2.		Entidades do sector não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3.		Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4.		Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2.		Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5.		Outras Despesas Correntes	3.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00		
D6.		Despesas de Capital								
D7.		Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.		Transferências destinadas a capital								
D7.1.1.		Transferências de capital								
D7.1.1.1		Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2		Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3		Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4		Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5		Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2.		Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2.		Entidades do sector não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Alterações Ornamentais da Despina - de Abertura a Regularização

Exercise
Instructions
2023

2023

Rubrica	Descrição	Despesas					Observações
		Despesas Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alimentação/ Orientações/ Atividades	Despesas Créditos Financeiros	Despesas Comodidades	
D.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.1.4	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.2.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.9	Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.10	Despesa com preços fixos/contos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas não efetivas						
	Total das Despesas de Capital						
	Despesas não efetivas						
	Total das Despesas não efetivas						
	Total das Despesas não efetivas	72.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral Despesas Correntes	18.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.590,00
	Total Geral /Despesas Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral /Despesas não efetivas	72.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.590,00
	Total Geral	90.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.580,00

O Contabilista Certificado n.º 94183

A Gerência

Pecher Seminar
Temper - S.
früher Industriemuseum